

amazon

Vol 3 / 2024

Expedition MAGAZINE

ISSN 2965-8136

online publication

(p 75-87)

English and
Portuguese

Ayahuasca or Hoasca

after all, which tea is drunk

**Plant dehydration, alkaloid concentration, and
cytotoxicity on ayahuasca traditional tea**

**Observations on
the connection of
the 11-year Solar
Cycle and the El
Niño and La Niña
phenomena**
rainfall in the
Amazon (1980-
2030)

Cosmic rays and
rainfall in the Amazon.
Forbush Phenomenon

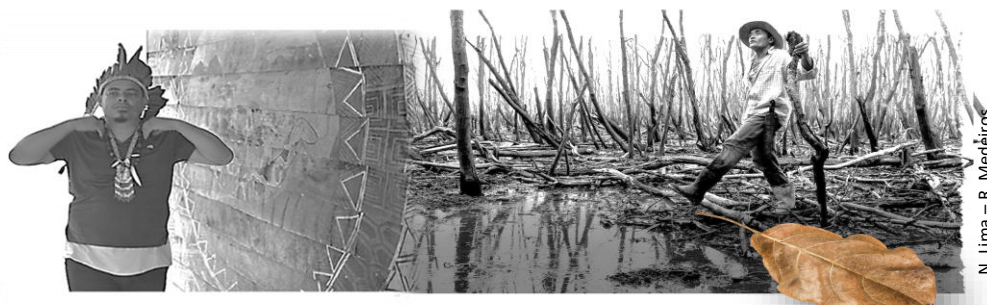
**FRACTUS – Looking
for evidence of
Saharan dust**
Spectroscopy analyzes
show metals in
municipalities in the
Central Amazon.

**Tribes of the Park at
the Tarumã (Manaus-
Brazil) facing the
Anthropocene to go to
COP-30.**

Epistemologias do Norte do Brasil: a contra-hegemonia das Epistemologias do Sudeste

Evandro Brandão Barbosa¹, Antonio Carlos Witkoski²

1. Centro Universitário Luterano de Manaus (CEULM-ULBRA). 2. Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



N. Lima – R. Medeiros

Epistemologies from the North of Brazil: the counter-hegemony of Epistemologies from the Southeast

Abstract

The North and the global South are separated not only by the Equator, but also by an abyssal thinking, as emphasized by the author Portuguese Boaventura de Sousa Santos, which presents the Modern Western Thought as responsible for making invisible, non existent, the knowledge produced and practiced by humans in the global South, while the North is global hegemonic in its being, being and doing in the world. However, the South epistemologies exist and can help you understand how to practice co-presence, until now denied by abyssal thinking that makes the hegemonic global North. So, open up possibilities for exploring parallel understanding epistemologies North of Brazil, located in the global South, since the existence of abyssal thinking global instigates us to also discuss the hypothesis of a thought abysmal environmental Brazil, defining a line; 'this side of the line' is the Southeast and 'across the line' is the North of Brazil, in which context the North represents all other regions, except the Southeast. Epistemologies of southeastern Brazil are assumed hegemonic, but need to be deconstructed to the revelations engendered research on the epistemologies of the North Country, thereby reconstruct a Brazilian thought, where North, South, Southeast, Northeast and Midwest recognize physical geography and politics of Brazil, without forgetting that the human being in any geographical locations and under different political contexts are diverse, complex, and this has to be knowledge and expertise, and must take up counter-hegemonic, while there is no hegemony. The beginning of the reconstruction process is understanding how the sociology of absences makes this all that was made invisible by the logic and methods of production of non existence and presents the ecology of knowledge as an antidote to the production of absences, because that will represent the ecology superstructure built this new thinking replacement of abyssal thinking of Southeastern Brazil hegemonic. The purpose of this article, therefore, is to explore the possibilities of epistemologies of Northern Brazil for the construction of Brazilian thought.

Keywords: Sociodiversity, Biodiversity, Inter-knowledge, Ecology of Knowledge.

RESUMO

O Norte e o Sul global estão separados não apenas pela linha do Equador, mas também por um pensamento abissal, como enfatizado pelo autor português Boaventura de Sousa Santos, que apresenta o Pensamento Moderno Ocidental como responsável por tornar invisível, inexistente, os conhecimentos produzidos e praticados pelos seres humanos do Sul global; enquanto o Norte global é hegemônico no seu ser, estar e fazer no mundo. Porém, as epistemologias do Sul existem e podem ajudar a compreender como praticar a copresença, até agora negada pelo pensamento abissal que torna o Norte global hegemônico. Assim, abrem-se possibilidades para explorar paralelos de compreensão de epistemologias do Norte do Brasil, localizado no Sul global, pois a existência do pensamento abissal global instiga-nos a discutir também a hipótese da existência de um pensamento abissal no ambiente Brasil, definidor de uma linha; 'deste lado da linha' está o Sudeste e 'do outro lado da linha' está o Norte do Brasil; nesse contexto o Norte representa todas as outras regiões do País, exceto a Sudeste. As epistemologias do Sudeste do Brasil se assumem hegemônicas, mas precisam ser desconstruídas com as revelações das pesquisas engendradas sobre as epistemologias do Norte do País, para assim se reconstruir um pensamento brasileiro, onde Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste reconheçam a geografia física e política do Brasil, sem esquecer que o ser humano em quaisquer posições geográficas e sob diferentes contextos políticos é diverso, complexo; esse ser possui conhecimentos e saberes, e precisa assumir-se contra-hegemônico, enquanto existir quaisquer hegemonias. O início desse processo de reconstrução é a compreensão de como a sociologia das ausências torna presente tudo o que foi invisibilizado pelas lógicas ou modos de produção da não existência e apresenta a ecologia de saberes como antídoto à produção de ausências, porque essa ecologia representará a superestrutura interna desse novo pensamento substituto do pensamento abissal do Sudeste brasileiro hegemônico. O objetivo deste artigo, portanto, é explorar as possibilidades das epistemologias do Norte do Brasil para a construção do pensamento brasileiro.

Palavras-chave:

Sociodiversidade. Biodiversidade. Interconhecimento. Ecologia de Saberes.

1. Introdução

As epistemologias do Sul global, exploradas pelo autor Boaventura de Sousa Santos, buscam revelar o pensamento moderno ocidental desenvolvido nos últimos duzentos anos, onde a hegemonia capitalista tem sido fundamentada nas verdades monopolizadas pela ciência moderna. Considerando-se que no Brasil a região Sudeste exerce papel hegemônico nas mais diferentes áreas de conhecimento, enquanto as outras regiões a seguem, com o aval do Distrito Federal, onde se encontra o centro do poder político brasileiro, então é necessário desvelar possibilidades de explorar as epistemologias do Norte do Brasil, na perspectiva de uma analogia às linhas gerais de discussão encontradas nas epistemologias do Sul global apresentadas por Boaventura. Essa necessidade de explorar as epistemologias do Norte do Brasil é causada pelo reconhecimento da existência de hegemonia nas epistemologias do Sudeste no processo de construir a inexistência do Norte do Brasil; entendendo-se esse Norte como a reunião das regiões geográficas brasileiras Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Considerando-se no contexto da abordagem deste artigo, a epistemologia como teoria do conhecimento, não se trata, portanto, de explicar as epistemologias do Norte do Brasil, mas explorá-las, como diria Mcluhan, com possibilidades de subsidiar as reflexões sobre a hegemonia construída pelas epistemologias do Sudeste do Brasil em relação a algumas dimensões como conhecimentos científicos, sociedade, meio ambiente, economia, educação, cultura e política. Os conhecimentos científicos desenvolvidos pelas epistemologias do Sudeste não devem ser mantidos como os únicos, os "verdadeiros", para compreender as diferentes dimensões antes enunciadas, quando o interesse é o Brasil.

Por isso, a exploração das epistemologias do Norte poderá colaborar na construção do pensamento brasileiro com a identificação de uma ecologia de saberes, baseada "*na ideia de que o conhecimento é interconhecimento*" (SANTOS, 2010, p.53); sem a alimentação do privilégio do conhecimento científico como a justiça da inteligência humana.

Trata-se da construção de novo pensamento brasileiro, grávido de saberes e conhecimentos diversos, revelador de novas formas de ser e estar no mundo; sem privilegiar o local, o global ou o universal, porque não deve haver escala determinante, pois essas escalas se interconectam, interdependem-se, transformam-se e são transformadas nas relações.

2. O Norte visto de fora da região

Na construção de um caminho, aqui denominado exploração das epistemologias do Norte do Brasil, indica-se como tese fundamentadora dessa exploração: a necessidade de reconhecer a existência das epistemologias do Sudeste, as quais invisibilizam o Norte do Brasil, porque somente a partir desse reconhecimento é possível construir um novo pensamento brasileiro, sem hegemonia dessa ou daquela região geográfica e política.

As epistemologias do Sudeste tendem a apresentar o Norte do Brasil como região ora despovoada, ora populacionalmente concentrada e por isso pobre em capacidade de realizar trabalhos; carente de desenvolvimento e rica em recursos naturais a serem preservados no presente para uma exploração futura. O Norte ainda é visto pelo Sudeste também como uma economia baseada no setor primário, cujas sociedades ali existentes carecem de conhecimentos que lhes facilitem a compreensão e o entendimento da complexidade científica, tecnológica e ambiental do mundo global; sociedade sem informação suficiente para construir desenvolvimento social e econômico; economia sem condições de ampliar a sua industrialização; educação ainda em processo inicial, sem a necessidade da formação de número relevante de mestres e doutores nas mais diversas áreas; sociedade que realiza atividades predatórias da floresta amazônica e possui cultura arraigada nos tempos coloniais, e por isso desvirtuada dos interesses culturais da globalização; e ainda, sociedade politicamente pobre porque seus representantes políticos não interferem nas tomadas de decisão mais importantes do país.

Apenas para ratificar o contexto das dimensões citadas, utilizam-se os conteúdos dos pensamentos de autoridades, cientistas e pensadores sobre a Amazônia, em um encontro promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para discutir ações do Fundo da Amazônia:

Essa população expressiva, evidentemente, necessita de renda e, por falta de alternativas viáveis, realiza atividades predatórias para a floresta. O desafio é substituir essas atividades por outras, competitivas, que garantam a conservação da maior floresta tropical do mundo. É um desafio concreto, e o Fundo Amazônia defronta-se com a realidade de investir em uma região onde apenas 14% da terra tem titularidade legal (COUTINHO, 2010, p.8).

A única meta possível é o desmatamento zero. Não acredito em qualquer meta de desmatamento parcial. A meta, o gol, a visão, o objetivo tem de ser desmatamento zero. A Amazônia não gera valor desmatada; portanto, qualquer árvore jogada fora não gera valor (ABRANCHES, 2010, p.29).

A mudança fundamental de paradigma é transformar essa fronteira de baixa rentabilidade, sem lei, de atividade extensiva, primitiva, extrativa, numa fronteira de alta rentabilidade, aumentando a densidade educacional, a densidade científica, a densidade tecnológica e a produtividade da economia da região. O que significa o seguinte: nada do que está lá serve muito (ABRANCHES, p.30).

O conceito de criação de uma economia da floresta tropical é essencial, já que ocupa a metade do nosso país. Existem economias florestais extremamente desenvolvidas no planeta. Na Região Norte há uma espécie de paradigma de que a floresta temperada é diferente da floresta tropical e de que, portanto, não se aplicaria aqui uma série de conceitos adotados nos países de clima temperado (WAACK, 2010, p.30).

Contribuindo com 8% do PIB, é muito preocupante a afirmação de que “nada do que está na região serve para alguma coisa”, se quisermos nos ater apenas a interesse econômico, mas a Amazônia é mais do que isso: é ambiente, é cultura, é gente da nossa gente, é informação sobre o ambiente e sua dinamicidade, sobre a diversidade biológica (VAL, 2010, p.32).



Todas essas abordagens contidas nas citações, exceto aquela apresentada por Val, afirmam a hegemonia das epistemologias do Sudeste; criam o pensamento de valorização do ambiente amazônico, sob a ótica de meio ambiente, portanto parcial. A visão econômica desses conteúdos exige resultados justificadores da inclusão da região no cenário econômico nacional e mundial, desconhece-se porém a dimensão local e as culturas do Norte brasileiro. As citações apresentadas encontram-se no contexto da organização e direcionamento do Fundo Amazônia, criado em 2008 pelo Decreto 6.527 e cuja responsabilidade de administração foi atribuída ao BNDES. Publicados em livro integrante das referências bibliográficas deste artigo, as perspectivas e os pensamentos apresentados durante as discussões para o delineamento das ações a serem planejadas para o Fundo Amazônia reúnem informações para melhor compreender como o Sudeste se apresenta 'deste lado da linha' e invisibiliza o Norte brasileiro 'do outro lado da linha', analogamente como revela Boaventura de Sousa Santos ao explicar as epistemologias do Sul global.

As dimensões são construídas e dinamizadas historicamente sobre o norte representado neste artigo; nem sempre verbalizadas publicamente pela mídia, essas dimensões são identificadas nos posicionamentos políticos dos líderes disseminadores da hegemonia das epistemologias do sudeste do Brasil, quando estes se contrapõem às decisões assumidas no norte do Brasil, seja em relação às políticas federais para o desenvolvimento regional, seja na área industrial, na área das infraestruturas físicas ou nas questões ambientais. Essas dimensões são identificadas também na priorização da veiculação das notícias ocorridas no sudeste do Brasil em detrimento das notícias do norte do país; até mesmo nas notícias diárias de previsão do tempo apresentadas nos jornais televisivos, sediados no sudeste e considerados nacionais, observa-se que ao norte dedicam-se somente alguns segundos para apresentar a previsão do tempo e sem detalhes municipais.

Assim, há necessidade de explorar as epistemologias do Norte do Brasil para que essas possam contra-hegemonizar as epistemologias do Sudeste; não para substituí-las, mas no sentido de construir um pensamento brasileiro no interior de uma ecologia de saberes, onde a equidade se apresente nas diversas áreas de conhecimentos e o Norte do

Brasil deixe de ser compreendido como região em estado de natureza, mesmo porque no século XXI o ambiente é a arena de discussão e não mais a natureza. E a compreensão atual de ambiente ultrapassa os limites anteriormente impostos ao que se denominava natureza, ou mesmo meio ambiente, porque ambas as ideias indicam particionamento, restrição, limitação e desconexão.

As abordagens realizadas nos próximos itens buscam a exploração das epistemologias do Norte do Brasil e tem início com a apresentação de algumas características da Amazônia, ainda não apreendidas pelos brasileiros habitantes de outras regiões do Brasil. Em seguida, as informações contextualizadas com o objetivo deste artigo trazem a ecologia de saberes como uma via, um caminho possível para romper com o pensamento abissal que mantém o Sudeste 'deste lado da linha', e o Norte do Brasil, 'do outro lado da linha'.

Na sequência, fundamentado nos estudos de Laraia (2009), na obra *Cultura: um conceito antropológico*, considera-se o conhecimento da cultura de um povo uma das principais ferramentas para não construir a não existência desse povo. No contexto deste artigo, o conhecimento da cultura é discutido como uma necessidade para apreender as diferentes realidades como possibilidades de novas formas de pensar; ou seja, apesar de compreender como a tendência ao etnocentrismo é humana, conforme explica Yi-Fu Tuan (1980) na obra *Topofilia*, essa tendência pode produzir epistemologias assumidas como hegemônicas, por isso há necessidade de disseminar as culturas do Norte do Brasil por todo o País, evitando-se assim a visão de que somente a cultura do Sudeste importa no Brasil. E, por fim faz-se uma visita ao texto *Estabelecidos e Outsiders*, de Norbert Elias e John Scotson (2000) que, embora revele um contexto local, tornou-se também universal na compreensão de como as relações de poder produzem estabelecidos e *outsiders* nas sociedades; nesse entendimento da necessidade de revelar as epistemologias do Norte brasileiro como contra-hegemonia às epistemologias do Sudeste, e então construir o pensamento brasileiro sem hegemonias. É possível fazer analogia com a obra de Elias e Scotson, enquanto os 'estabelecidos' são representados pelo Sudeste e os 'outsiders' pelo Norte brasileiro. Essa analogia constitui-se ainda uma das formas possíveis de reconhecer a existência de hegemonia das epistemologias do Sudeste.

3. A Amazônia incrustada na Região Norte

A Amazônia não é apenas uma região rica em biodiversidade, que precisa ser preservada. A Amazônia não é o pulmão do mundo, como afirmam os menos informados. A Amazônia também não é um local onde há apenas entidades naturais, como rios, florestas, recursos minerais, fauna; um local somente para abrigar hotéis de selva, natureza exótica e fonte de pesquisas até para pesquisadores que nunca estiveram na Amazônia. Todos estes “*não é*” colaboram para o entendimento dos pensamentos engendrados pelas epistemologias do sudeste, quando as mesmas se reportam ao norte do Brasil, pois, para elas, as negações aqui elencadas são afirmações cultural e historicamente construídas por uma ótica global de pensar a Amazônia incrustada no Norte do país.

No entanto, as epistemologias do norte do País revelam que a Amazônia é habitada por gente; é região dotada de multiculturalidade e sociodiversidade, ciência, tecnologia, inovação, biotecnologia e conhecimentos diversificados. A Amazônia é riqueza humana que busca, diuturnamente, compreender a fisiologia e os possíveis cenários sociais, políticos, culturais, científicos e tecnológicos na região, no Brasil e no mundo. Na Amazônia há empreendedores e empreendedorismo, gestores e gestão estratégica; pode-se ratificar inclusive, ancorado no positivismo de Barbosa et al (2010), quando afirmam que a Amazônia

é meio social, ambiental, político, cultural e econômico, mundializado desde as primeiras interrelações ocorridas no seu interior com homens e mulheres que habitam a região há mais de mil anos. Portanto, ao pensar a Amazônia com todas as suas especificidades não há como retirar-lhe a capacidade de agregar sociodiversidade, inteligência humana e criatividade capazes de engendrar ações de gestão estratégica de empreendedorismo (p.17).

A multidiversidade natural e humana é real na Amazônia, como ocorre em quaisquer lugares do mundo onde há pessoas com suas inter-relações, interações com os ecossistemas e apropriação da natureza para diferentes objetivos do sistema social e econômico em vigor. Entre as especificidades do norte do país, àquelas da Amazônia agregam-se outras culturalmente incorporadas pelas relações com o capitalismo global desde a extração das “drogas do sertão”, passando pela extração do látex, a navegação de cabotagem e de longo curso, e a sua exposição mundial frente aos apelos ambientais no universo globalizado.

Essas relações continuaram com a introdução da indústria transnacional de transformação; criaram as necessidades do empreendedorismo, da formação de gestores e da gestão estratégica dos empreendimentos.

Pensar a Amazônia como região incrustada na região norte do Brasil como região no estado de natureza, sem a presença do ser humano ativo e realizador de empreendimentos enquanto constrói desenvolvimento socioeconômico e interage com o mundo, é pensar como se estivesse ‘deste lado da linha’ e, hegemonicamente, ignorar os conhecimentos, os saberes e os fazeres do norte do Brasil, que estaria ‘do outro lado da linha’. A caracterização de um pensamento abissal pode ser identificada também quando em uma realidade social, “*a divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente*” (SANTOS, 2010, p.32); essa inexistência torna-se explícita quando o universo amazônico, integrante do norte do País, não tem as suas realidades cultural, ética, social, política, econômica, demográfica e ecológica consideradas pelo Sudeste hegemônico; os conhecimentos, os saberes e os fazeres do norte somente serão considerados após o reconhecimento da existência de pessoas, inteligências, no interior das sociedades no Norte do Brasil quando as culturas amazônicas se fizerem conhecidas fora da região, porque as culturas amazônicas são de conhecimento somente das suas próprias populações. Esse não reconhecimento é consequência da produção da inexistência do universo amazônico, do norte do Brasil. Para tornar o norte brasileiro existente é necessário conhecer as suas culturas para apreender seus valores, suas noções de tempo e de espaço, seus saberes, sua ética, suas interações com o ambiente e suas inter-relações sociais. Uma vez compreendida a existência do norte do Brasil, a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha como característica fundamental do pensamento abissal (SANTOS, 2010), não mais se sustentará.

Um novo pensamento brasileiro somente começará a ser construído quando uma sociologia identificar os meandros de determinação dessa inexistência do Norte brasileiro.



Essa sociologia é denominada por Santos (2010) como sociologia das ausências, a qual *“visa, assim, criar uma carência e transformar a suposta falta de experiência social em desperdício de experiência social. Com isso cria as condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo”* (p.17). Portanto, não conhecer as culturas, não reconhecer a experiência social dos povos amazônicos é confirmá-los ausentes no cenário de brasilidade que o Sudeste julga-se possuidor, enquanto invisibiliza o Norte brasileiro.

3.1 O porquê da necessidade de percentual diferenciado de ICMS para o estado do Amazonas

A extrafiscalidade como estratégia de desenvolvimento social e econômico é a prática de política fiscal diferenciada, na qual os percentuais de impostos e contribuições a serem pagos aos governos municipal, estadual e federal tornam-se reduzidos para os empresários. Dessa forma, os empresários que administram empreendimentos nos locais onde há extrafiscalidade recolhem percentuais menores de impostos e contribuições aos governos.

A estratégia da extrafiscalidade é utilizada na Política Zona Franca de Manaus. Ao identificar as dificuldades da Amazônia em crescer economicamente baseada no extrativismo vegetal, além da ausência de uma base agropecuária capaz de acumular o capital iniciador das atividades industriais na região, durante toda a primeira metade do século XX, o governo militar promulgou o Decreto número 288, de 28 de fevereiro de 1967, no qual regulamentou a Zona Franca de Manaus e criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA – para administrar os incentivos fiscais integrantes da Política Zona Franca de Manaus, que assim instalou um centro industrial, comercial e agropecuário em área abrangendo os municípios de Manaus, Rio Preto da Eva e Itacoatiara, no estado do Amazonas. O objetivo da Política Zona Franca de Manaus é engendrar o desenvolvimento social e econômico da Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima). À área já citada agregam-se ainda áreas de livre comércio, denominadas ALC's, nos estados do Acre, Rondônia e Roraima, e ainda no estado do Amapá, embora este se encontre na Amazônia Oriental.

Entre as causas que levaram o Governo Federal a criar a Política de Desenvolvimento Social e Econômico Zona Franca de Manaus estão: 1. A distância entre a Amazônia Ocidental e os grandes centros consumidores dos produtos fabricados na região; 2. A incapacidade do extrativismo vegetal de dinamizar o crescimento e o desenvolvimento social e econômico da região; e, 3. A necessidade de povoar a região amazônica, geopoliticamente considerada estratégica para a segurança nacional.

As explicações sobre o funcionamento da extrafiscalidade na Política Zona Franca de Manaus encontram-se no Marco Regulatório dos Incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio, disponível no site da SUFRAMA.

No contexto das epistemologias do norte encontra-se a necessidade de a mídia e dos tomadores de decisão do Sudeste começarem a se interessar em compreender como funcionam os incentivos fiscais embutidos na extrafiscalidade da Política Zona Franca de Manaus. Porque quando isso acontecer, os governadores e os tomadores de decisão do Sudeste entenderão que o percentual diferenciado de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços no estado do Amazonas precisa ser mantido. As especificidades físicas, geopolíticas, sociais, econômicas e ecológicas da Amazônia precisam ser conhecidas daqueles que vivem no Sudeste, e somente assim é possível reduzir a guerra fiscal entre o Sudeste e a Amazônia. O Sudeste não pode continuar fazendo *lobby* e campanhas contra o funcionamento da Política Zona Franca de Manaus; quanto mais conhecimentos sobre cultura amazônica e sobre a socioeconomia sustentada pela extrafiscalidade da Zona Franca de Manaus forem apresentados e discutidos em todo o Brasil e, principalmente no Sudeste, maior será a compreensão de que a Amazônia possui habitantes culturalmente constituídos e também que a Política de Desenvolvimento Social e Econômico Zona Franca de Manaus é brasileira, não é Amazônica.

4. A Sociologia das Ausências: a invisibilização do Norte brasileiro

A criação de circunstâncias para tornar invisíveis grupos sociais ou indivíduos considerados na contramão dos interesses e conhecimentos autoconcebidos como hegemônicos é uma temática já em estudo no mundo. O professor Boaventura de Sousa Santos tem desenvolvido pesquisas juntamente com grupo de cientistas, de forma interdisciplinar, cujos resultados apresentam a sociologia das ausências como *“uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não-existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe”* (SANTOS, 2004, p.14). Logo, a negação de valores, conhecimentos e culturas de uma sociedade tende a torná-la invisível por outras sociedades estabelecidas e mandantes nos processos de disseminação de conhecimentos e de filosofia de vida, sob seus controles. Porém, tornar invisíveis outras sociedades consideradas não significantes não implica na não existência, de fato, das mesmas.

O reconhecimento de uma linha abissal no Brasil, a qual concebe o Sudeste ‘deste lado da linha’ com sua hegemonia e o Norte ‘do outro lado’ da linha e invisibilizado, representa a base de discussão deste texto. E, uma vez fundamentada na cientificidade da sociologia das ausências, essa base utiliza-se das revelações de Santos (2004) para explorar a sociologia das ausências, que tem como objetivo *“transformar objetos impossíveis em possíveis, objetos ausentes em presentes”* (p.14). Nesse sentido, essa sociologia aponta para existência de cinco lógicas responsáveis pela consolidação dos processos de produção de não existência.

A primeira lógica, conforme Santos (2004), é a da *monocultura do saber e do rigor do saber*: *“é o modo de produção de não-existência mais poderoso. Consiste em transformar a ciência moderna e a alta cultura nos únicos critérios de verdade e de arte estética, respectivamente”*. A fixação na ciência como única fonte de verdade torna a sociedade hegemônica responsável pelas tomadas de decisão como representante de todo o País; tudo o que é realizado no Sudeste brasileiro é classificado como ‘nacional’, uma indicação clara de que os conhecimentos e os

saberes do Norte não devem ser considerados, porque são menores e não científicos. Esteticamente, a cultura e arte do Sudeste são valorizadas midiaticamente e impõem-se como verdades da expressão brasileira, enquanto a cultura e a arte do Norte são tidas como antiestéticas sob a ótica da hegemonia do Sudeste.

A segunda lógica revelada por Santos (2004) é a da *monocultura do tempo linear*: *“a ideia de que o tempo é linear e que na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam”* (p.15). Ao acompanhar os ritmos desses países, o Sudeste brasileiro assume a linearidade temporal como premissa e no seu processo de hegemonização assume-se contemporâneo e produz a não contemporaneidade do Norte do Brasil, embora este também seja contemporâneo. Não reconhecer essa contemporaneidade é também não atentar para o fato de que sociedades diferentes concebem o tempo histórico de formas diferentes.

A contemporaneidade do camponês [africano] é avaliada segundo os critérios de contemporaneidade do Banco Mundial e, à luz destes, é convertida numa simples expressão de atraso econômico. Neste caso, a não-existência assume a forma de residualização que, por sua vez, tem adotado ao longo dos últimos duzentos anos, várias designações, a primeira das quais foi o primitivo ou selvagem, seguida de perto por outras como o tradicional, o pré-moderno, o simples, o obsoleto, o subdesenvolvido (SANTOS, 2004, p.15).

Hegemonicamente, o Banco Mundial tem a auto concepção de estar à frente do fazer histórico do camponês africano, como se a sua lógica do tempo linear fosse superior a àquele ‘do outro lado da linha’; e aqui o contexto é a linha abissal global. A lógica da monocultura do tempo linear *“produz não-existência ao descrever como atrasado (pré-moderno, subdesenvolvido etc.) tudo o que é assimétrico em relação ao que é declarado avançado”* (SANTOS, 2004, p.15).



Há um não reconhecimento, portanto, de toda e qualquer compreensão e prática de construção histórica não fundamentada na linearidade temporal; o viver historicamente fora da ótica linear, como se a história não tivesse sentido e direção únicos e conhecidos, representa fonte de produção de não existência frente à hegemonia da sociedade 'deste lado da linha'.

A terceira lógica apontada por Santos (2004) é a lógica da classificação social, é a *monocultura da naturalização das diferenças*: “consiste em distribuir as populações segundo categorias que naturalizam hierarquias. As classificações racial e sexual são as mais salientes manifestações desta lógica” (p.16). Naturalmente, aqueles considerados pertencentes à raça da sociedade hegemônica assumem-se superiores; e como reforça Santos (2004, p.16): “por exemplo, o ‘fardo do homem branco’ na missão civilizadora do colonialismo”. Superioridade e inferioridade estão estabelecidas historicamente racial e sexualmente, e não haverá alteração nesse *status quo*. No interior dessa lógica, “a não-existência é produzida como uma forma de inferioridade, inferioridade insuperável porque natural. Quem é inferior, porque insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior” (SANTOS, p.16). As estruturas de saúde e educação distribuídas por todo o Brasil revelam diferenças entre o Sudeste e o Norte aqui considerado; somente para abordar duas estruturas, é possível visualizar o funcionamento da lógica da monocultura da naturalização das diferenças, a qual opera inter e intrarregiões, tornando invisíveis raça e sexo considerados inferiores pelas sociedades assumidas como hegemônicas.

A quarta lógica é a da escala dominante. E Santos (2004) explica que para essa lógica “a escala adotada como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas. Na modernidade ocidental, a escala dominante aparece sob duas formas diferentes: o universal e o global” (p.16). Tudo o que não é universal e nem global é considerado não existente, invisível. Porque não há relevância nos aspectos locais e particulares. Como esclarece Santos (2004):

Segundo esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma do particular e do local. As entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global (p.16).

No Brasil, é o Sudeste que universaliza e globaliza o ser e o estar brasileiros; o Norte é concebido como regional e local nas suas acepções e fazeres diários, os quais pouco ou nada representam nas escalas universal e global – é a produção dessa não existência, por exemplo, que impede o Sudeste de perceber a inutilidade de envidar esforços em áreas cujos conhecimentos e saberes já existem em outras regiões brasileiras não reconhecidas como visíveis por esse mesmo Sudeste; entre essas áreas estão a música, ciências, tecnologias, artes plásticas e culturas.

A quinta lógica responsável pela produção da não existência é a lógica da produtividade, caracterizada pela “*monocultura dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista, que privilegiam o crescimento através das forças de mercado. Este critério aplica-se tanto à natureza como ao trabalho humano*” (SANTOS, 2004, p.16). A busca do atendimento às demandas de mercado implica na invisibilização de quaisquer atividades fora desse escopo; quando considerado o trabalho humano, este precisa ser produtivo em escala universal ou global concomitantemente às necessidades de mercado. Para a sociedade hegemônica, o trabalho humano de outras sociedades fora dessa ótica de produtividade (de acordo com as forças de mercado) é improdutivo e, portanto, não existente. Quando considerada a natureza, os resultados dos seus usos subordinam-se também às forças de mercado. Não existentes, portanto, tornam-se as sociedades cujos usos da natureza não revelam produtividade viável ao atendimento das demandas de mercado. Por isso, a síntese de Santos (2004, p. 17) amplia o entendimento dessa lógica de produção de não existência:

Segundo a lógica da produtividade capitalista, a não existência é produzida sob a forma de improdutividade. Aplicada à natureza, a improdutividade significa esterilidade; aplicada ao trabalho, significa “populações descartáveis”, preguiçosas, desqualificadas profissionalmente, ou sem habilitações adequadas.

A improdutividade caracterizada por essa lógica subordina-se também à lógica da escala determinante. Os aspectos particulares e locais dos usos da natureza e do trabalho humano de uma sociedade podem atender às demandas existentes nessas escalas, mas, ainda assim, serão considerados improdutivos sob a visão da lógica da produtividade capitalista; resultados de usos da natureza e de trabalho humano que atendam à subsistência, sobrevivência e ao autoconsumo

reforçam ainda a não existência das sociedades que não atendem às escalas universal e global, integrantes da lógica da escala dominante.

As diferentes monoculturas integrantes das lógicas de construção de ausência do outro somente serão desconstruídas com a construção de uma ecologia para cada uma das lógicas de construção de ausência descritas anteriormente. A primeira dessas ecologias é a ecologia de saberes (SANTOS, 2004), a qual não privilegia o saber científico como única fonte de entendimento do mundo. A segunda ecologia é a ecologia das temporalidades (SANTOS, 2004), que observa como o tempo é pensado e vivido entre diferentes povos, porque apenas a concepção do tempo linear não é suficiente para compreender os acontecimentos e as transformações nas mais diferentes dimensões que possibilitam as diversas práticas humanas.

A terceira ecologia é a ecologia dos reconhecimentos (SANTOS, 2004), pois é necessário não estabelecer classificações de sexo e raça, onde o masculino e o branco se apresentam como únicas alternativas de gestores das ações humanas em uma sociedade onde existe o feminino e raças diversas, embora a raça humana devesse ser a única raça da humanidade – não há sexo superior e nem inferior, como não há raça superior nem inferior. A quarta ecologia é a ecologia das trans-escalas (SANTOS, 2004), cuja conceituação não privilegia o universal nem o global para invisibilizar o local, o particular, porque nas relações pessoais e operacionais no interior de todas essas escalas há transformações mútuas, sem que qualquer uma delas deva ser entendida como dominante; o universal, o global não devem ser considerados dominantes diante do local, do particular, e vice-versa; local, global, particular e universal se entrelaçam, interagem e se inter-relacionam, alterando-se mutuamente. E, finalmente, a quinta ecologia é a ecologia das produtividades (SANTOS, 2004), porque a improdutividade não deve ser imputada à natureza e nem ao trabalho humano, quando estes não produzem sob as regras do sistema capitalista que privilegia as forças de mercado contextualizadas no produtivismo alimentador do sistema capitalista; a produtividade da natureza e do trabalho humano não deve ser

mensurada apenas pela ótica capitalista, onde a produção em escala e o atendimento do mercado universal ou global é o que interessa.

5. A Ecologia de saberes: a visibilização do Norte brasileiro

A desconstrução da não existência do Norte brasileiro é uma tarefa social a ser executada por aqueles que habitam esse mesmo Norte, porque se a construção dessa não existência é tarefa, diuturnamente, realizada pelas epistemologias do Sudeste, não será este o interessado em desconstruí-la. Portanto, o Norte brasileiro precisa disseminar as suas culturas em todo o Brasil, para assim participar da compreensão da existência de uma ecologia de saberes; ecologia esta capaz de substituir a hegemonia das epistemologias do Sudeste. A ciência não pode continuar como a única fonte de conhecimento e de saber considerada como epistemologia capaz de compreender o mundo. Há outros saberes, outros conhecimentos que resultam no ambiente onde a vida acontece com todas as suas práticas interdimensionais. A prudência de reconhecer que a ciência não pode ser a única fonte de construção de conhecimentos constitui-se em uma tecnologia para lidar com a ignorância, o desconhecimento de diferentes saberes que convivem com a ciência para juntos darem conta do ambiente em que se vive, com interações e relações complexas e sistêmicas dinamicamente engendradas. Logo, a ecologia de saberes energiza um processo de aprendizagem a ser assimilado culturalmente. Como explica Santos (2010, p.56):

Assim, num processo de aprendizagem conduzido por uma ecologia de saberes, é crucial a comparação entre o conhecimento que está a ser aprendido e o conhecimento que nesse processo é esquecido e desaprendido. A ignorância só é uma forma desqualificada de ser e de fazer quando o que se aprende vale mais do que o que se esquece. A utopia de interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios. É esta a tecnologia de prudência que subjaz à ecologia de saberes. Ela convida a uma reflexão mais profunda sobre a diferença entre a ciência como conhecimento monopolista e a ciência como parte de uma ecologia de saberes.

A ciência, portanto, faz parte de um rol de saberes, não se constitui em único saber. Monopolizar o conhecimento a partir do crédito cego à ciência é perpetuar a ignorância embutida nas entranhas de monoculturas apenas úteis à construção de não existência dos outros. A ecologia de saberes visibiliza, constrói as possibilidades de tornar os outros existentes. Essa possibilidade de tornar visível, tornar existente o Norte brasileiro, está fundamentada na ecologia de saberes. Segundo Ab'Sáber (2005), por exemplo, *“até meados do século XX, houve notória falta de conscientização das ações sobre o mundo físico e sociocultural da Amazônia brasileira”* (p.22). Entre os diversos saberes está a cultura, ou melhor situando, as culturas do Norte brasileiro aqui considerado. Ao explicar a riqueza cultural brasileira, Aziz Ab'Sáber (2005), apresenta o seguinte pensamento:

Estudo muito as áreas culturais existentes no Brasil como um todo e a conclusão a que tenho chegado é que algumas dessas áreas, por várias razões, inclusive por causa da circulação facilitada, são extremamente ricas. No caso da Amazônia, a expansão cultural se fez apenas dentro do território, a partir do centro dos rios principais para as periferias, chegando até as fronteiras do Acre, de Roraima e do Amapá. De qualquer maneira, é o conjunto de valores culturais da própria região que se expandiu exclusivamente por ela (p.24).

Os conhecimentos sobre as culturas amazônicas não têm ultrapassado os limites territoriais da região; isso causa ignorância das sociedades brasileiras situadas fora da Amazônia, essas sociedades conhecem apenas alguns segmentos de saberes amazônicos, os quais ultrapassam as fronteiras regionais sob o discurso oral e escrito de navegantes, missionários, profissionais específicos, inclusive médicos e jornalistas, todos esses produzem relatos e documentos sobre a realidade amazônica sob a ótica da sua formação profissional. É preciso que o Norte se comunique mais com as outras regiões brasileiras, e assim, criar as condições para tornar conhecidas as suas culturas, pois como explica Claval (2002, p.72), *“é por meio dos processos de comunicação que a cultura dos seres*

humanos se edifica”. Essa comunicação deve ser coletiva, uma tarefa social sob a responsabilidade dos habitantes do Norte do Brasil. Porque enquanto não houver apropriação de processos de comunicação para disseminar as culturas do Norte brasileiro por todo o País, informações segmentadas sobre a Amazônia serão acessadas por poucos leitores que apreendem o universo amazônico de forma restrita, particionada e contida no interior de abordagens positivistas, às vezes romanceadas ou imaginárias; e as culturas do Norte continuarão conhecidas apenas dos habitantes da sua própria região geográfica.

A aprendizagem das epistemologias do Norte brasileiro é o início do abandono da monovisão das epistemologias do Sudeste, cujo saber reside nos cânones da ciência. As epistemologias do Norte precisam ser apreendidas com uma abordagem sistêmica, na qual diferentes saberes, inclusive, a própria ciência, encontra-se entre eles. Trata-se de uma mudança na construção do pensamento brasileiro, não a hegemonia do pensamento do Sudeste. Mudança de pensamento que, de acordo com Santos (2010, p.53):

Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento.

A ecologia de saberes corresponde à valorização de quaisquer saberes capazes de transformar o ser e fazer dos seres humanos. Aprender as epistemologias do Norte em um processo de realização de contra-hegemonia das epistemologias do Sudeste significa tornar visível o Norte, brasileiro, cuja existência é real em todas as dimensões da vida que se queiram considerar. No entanto, um novo pensamento brasileiro contempla a copresença das epistemologias do Norte e das epistemologias do Sudeste brasileiro.

Para Santos (2010, p.53) trata-se da copresença radical, *“significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários.*

A copresença radical implica conceber simultaneidade como contemporaneidade, o que só pode ser conseguindo abandonando a concepção linear do tempo". É possível, dessa forma, desconstruir a não existência, a invisibilidade do Norte brasileiro, considerado 'do outro lado da linha', há muito construída pelas hegemonias do Sudeste, considerado 'deste lado da linha'.

6. Culturas e etnocentrismo

Um conceito para a palavra Cultura, como citado por Laraia (2009), é a sintetização feita por Edward Tylor, em 1871, para o termo *Culture*: "*tomado em seu sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade*" (TYLOR apud LARAIA, 2009, p.25). É a cultura do Norte brasileiro, nesse sentido, que se propõe tornar conhecida das outras regiões do Brasil, a partir dos processos de comunicação. Ampliando o entendimento dessa proposta, são culturas do Norte e não apenas cultura, o conhecimento das diferentes culturas do Norte constituem as epistemologias do Norte, conhecimentos e saberes que não devem ser ignorados por aqueles que pretendem pensar o Brasil real.

A cultura, portanto, diferencia os comportamentos de cada povo. E, ao considerar-se que um povo habita um amplo território subdividido em regiões, onde diferentes culturas subsistem, há que se considerar cada cultura para reconhecer os conhecimentos e saberes da sociedade em questão. Laraia (2009, p.68) revela que:

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura. Graças ao que foi dito acima, podemos entender o fato de que indivíduos de culturas diferentes podem ser facilmente identificados por uma série de características, tais como o modo de agir, vestir, caminhar, comer, sem mencionar a evidência das diferenças linguísticas, o fato de mais imediata observação empírica.

Conhecer as culturas do Norte; conhecer as culturas amazônicas, por exemplo, a partir de um trabalho socialmente realizado pelas sociedades do Norte brasileiro, é a principal estratégia para que as sociedades de outras regiões brasileiras descubram as epistemologias do Norte como alternativas no processo de construção do pensamento brasileiro, atualmente formado pela hegemonia das epistemologias do Sudeste. Enfim, é necessário compreender as diferentes culturas, porque "*cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre gerações e evitar comportamentos preconceituosos*" (LARAIA, 2009, p.101).

A compreensão de como as epistemologias do Sudeste brasileiro têm se estruturado em processo hegemônico de pensar o Brasil pode ser associada à ideia de egocentrismo, um traço humano apresentado na obra de Tuan (1980, p.34):

Os seres humanos, individualmente ou em grupos, tendem a perceber o mundo com o "*self*", como o centro. O egocentrismo e o etnocentrismo parecem ser traços humanos universais, embora suas intensidades variem grandemente entre os indivíduos e os grupos sociais. Como a consciência fica no indivíduo, é inevitável uma estruturação egocêntrica do mundo; e o fato de que a auto-consciência permite à pessoa ver-se, como um objeto entre os objetos, não invalida a base fundamental dessa visão em um indivíduo. O egocentrismo é o hábito de ordenar o mundo de modo que os seus componentes diminuam rapidamente de valor longe do "*self*".

Esse egocentrismo encontra-se embutido nas epistemologias do Sudeste brasileiro, nas quais o centro está ali no Sudeste; tudo o que se faz ali é 'nacional', é brasileiro, está pronto para relacionar-se com o global e o universal. Daí a hegemonia criada por essas epistemologias criadoras de não existência de outras epistemologias no País, como as epistemologias do Norte.

De igual modo, o etnocentrismo é um traço humano comum há diversos séculos. Povos como os egípcios, os esquimós, os índios Pueblo de Santa Ana, no Novo México, e muitos outros povos, cada um no seu tempo se considerava o centro do mundo; cada povo via-se como o centro, é como se não existissem populações a serem consideradas em outras partes do Planeta. No caso da visão que o Sudeste tem do resto do País, é como se as outras regiões não tivessem representatividade no cenário brasileiro; as outras regiões seriam periféricas ou satélites no bojo da não existência que as epistemologias do Sudeste criaram.

A analogia entre a questão hegemônica das epistemologias do Sudeste do Brasil e a invisibilização das epistemologias do Norte pode ser explicada no conteúdo da obra de Elias e Scotson (2000), 'Os estabelecidos e os *outsiders*', onde uma pesquisa de escala local, em Londres, na metade do século XX, investiga as características geográficas, humanas, sociais, econômicas, psicológicas e políticas de três bairros, dos quais dois deles não apresentavam bom relacionamento entre as suas populações. Embora não houvesse diferenças econômicas e nem sociais entre as populações daqueles dois bairros, um deles, o que havia sido construído há mais tempo, considerava-se superior ao outro, de construção mais recente.

Enquanto no bairro mais recente o índice de delinquência era elevado e além disso não havia coesão da sua população e nem solidadiedade entre os seus habitantes, no bairro mais antigo a população era coesa e os seus habitantes solidários entre si. Portanto, os habitantes do bairro mais antigo tornaram-se os 'estabelecidos' e os habitantes do bairro mais recente foram considerados como '*outsiders*'. A hegemonia dos 'estabelecidos' mantinha os '*outsiders*' afastados das atividades desenvolvidas no interior do território do bairro mais antigo. A epistemologia dos 'estabelecidos' os concebiam como superiores aos '*outsiders*', apesar de os habitantes dos dois bairros serem todos trabalhadores de todas as empresas instaladas na cidade; todos eles eram ingleses e não havia raças diferentes entre eles. Para os 'estabelecidos' os seus direitos eram superiores àqueles dos '*outsiders*'.

A escala de análise da hegemonia das epistemologias do Sudeste não é local como aquela do estudo dos "estabelecidos e *outsiders*"; a análise ocorre em escala nacional, mas a universalidade dos estudos locais de Elias e Scotson revelam como é possível observarem-se as reproduções de ações, comportamentos e produção de não existência de grupos de indivíduos e de populações numerosas, onde um grupo ou uma população se autodenomina 'estabelecidos' e classifica o outro grupo ou a outra população como '*outsiders*'; assim, similamente, nas Epistemologias do Sul, Boaventura de Sousa Santos mostra como o Norte Global considera-se 'deste lado da linha' e coloca o Sul Global 'do outro lado da linha'.

A construção do pensamento brasileiro, a partir do conhecimento das culturas do Norte do Brasil pelas sociedades de outras regiões brasileiras representa um 'campo' a ser apreendido pelas populações do Sudeste e do Norte brasileiro, para que as epistemologias de ambas as regiões se apropriem da ecologia de saberes. Esse 'campo' é aquele mesmo estudado por Bourdieu (1996), para quem "*o campo é uma rede de relações objetivas (de dominação, de subordinação, de complementaridade ou de antagonismo etc.) entre posições [...]*" (p.261). Com essa visão de 'campo' torna-se mais inteligível a ideia de buscar entre uma pesquisa e outra, o entendimento do conteúdo das epistemologias do Sudeste com o cerne da hegemonia ali estabelecida. E, paralelamente, aprofundar metodologias e métodos contextualizados para revelar as epistemologias do Norte para todo o Brasil.

7. Considerações finais

As discussões apresentadas neste artigo basearam-se na tese da necessidade de reconhecer a existência de epistemologias do Sudeste, que constroem a não existência das epistemologias do Norte do Brasil, para assim construir um novo pensamento brasileiro. Ao apresentar as monoculturas das lógicas de construção de ausências das sociedades consideradas 'do outro lado da linha', este texto explorou as possibilidades de identificação de como essa não existência do Norte brasileiro, construída pelas epistemologias do Sudeste, tem se materializado, seja na pouca importância dada aos acontecimentos relevantes do Norte na mídia nacional, seja nos *lobbies* de políticos para inviabilizar decisões políticas nacionais necessárias ao desenvolvimento do Norte brasileiro.

As relações, citações e analogias com obras e pensamentos, descritas no interior do texto representam o ferramental selecionado para dar conta do objeto de pesquisa revelado. O conteúdo deste texto é um exercício intelectual no ambiente acadêmico, mas carece de pesquisas empíricas necessárias ao aumento da consistência da tese aqui apresentada.

8. Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. Desmatamento zero e melhora do IDH. In: BNDES. *Amazônia em debate: oportunidades, desafios e soluções*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. (pp. 29-30).

BARBOSA, Evandro Brandão et al. *Gestão Estratégica do Empreendedorismo na Amazônia*. Manaus: BK Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre Felix. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

BRASIL. SUFRAMA. *Marco Regulatório de Incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio*. SUFRAMA: Manaus, 2011.

CLAVAL, Paul. Campo e Perspectiva da Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDHALL, Zeny (Orgs.). *Geografia Cultural: um século (3)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002 [1992].

COUTINHO, Luciano. Mensagem do Presidente. In: BNDES. *Amazônia em debate: oportunidades, desafios e soluções*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. (pp. 7-9).

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 23ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63. Outubro 2002: 237-280.

_____, **Boaventura de Sousa**. *Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. Madison, Dezembro de 2004. <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf>. Acesso em 27/09/2013.

_____, **Boaventura de Sousa**. A ecologia de saberes. In: *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Editora Cortez, 2006a.

_____, **Boaventura de Sousa**. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010. 637 páginas.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

TYLOR, Edward. *Primitive Culture*. Londres, John Mursay & Co. [1958, Nova York, *Harper Torchbooks*].

VAL, Adalberto Luís. Caminhos para manter a floresta em pé. In: BNDES. *Amazônia em debate: oportunidades, desafios e soluções*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. (pp.32-34).

WAACK, Roberto. Brasil pode liderar desenvolvimento de economia florestal. In: BNDES. *Amazônia em debate: oportunidades, desafios e soluções*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. (pp.30-32).

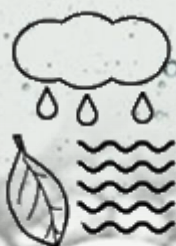
OS AUTORES

(1) EVANDRO BRANDÃO BARBOSA

Economista, Administrador, Mestre em Educação, Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia e docente de Ensino Superior no Centro Universitário Luterano de Manaus, (CEULM - ULBRA).

(2) Antonio Carlos Witkoski

Doutor em Sociologia e Professor (PPG) em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, (UFAM).



amazon
Expedition Magazine